



Filosofia Moderna - Kant

01 - (Uel) Leia o texto a seguir.

Dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei. [...] devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 208-209.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria kantiana do dever, assinale a alternativa correta.

- a) A máxima de uma ação moral universalizável pode ter como fundamento os efeitos da ação, sendo considerada moralmente boa uma ação cujos efeitos causam o bem.
- b) A obrigação incondicional que a lei moral impõe advém do reconhecimento da possibilidade de universalização das máximas da ação
- c) A mentira pode, em certas circunstâncias, ser legitimada moralmente quando dela resulta uma ação benéfica ou impede o prejuízo a outrem.
- d) A máxima incondicional de uma ação moral pode ter como fundamento a experiência, pois os costumes fornecem elementos suficientes para ela.
- e) O imperativo categórico, princípio dos imperativos do dever, escolhe, dentre os estímulos fornecidos à vontade, o que lhe é mais adequado.

02 - (Uece) As seguintes máximas exemplificam a solução apresentada por Immanuel Kant na formulação do princípio supremo da moralidade:

“Age como se a máxima de tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”.

“Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.1997.

Essas máximas são imperativos categóricos, sobre os quais é correto afirmar que

- a) estabelecem, segundo Kant, a universalização da ação moral através de uma finalidade a ser atingida fora da razão e estabelecida a partir do processo de análise racional da realidade.

b) são, inicialmente, de caráter hipotético, ao buscar avaliar as ações possíveis, como meio de alcançar alguma coisa que se deseja ou que se queira atingir concretamente.

c) são chamados categóricos, por serem mandamentos da própria razão autônoma e por servirem de procedimento para testar o caráter universalizável e, portanto, moral de uma máxima.

d) determinam, categoricamente, que, para atingir um determinado fim, é necessário que se usem certos meios, o que expressa a universalização da moral pragmática kantiana.

03 - (Unesp) A maior violação do dever de um ser humano consigo mesmo, considerado meramente como um ser moral (a humanidade em sua própria pessoa), é o contrário da veracidade, a mentira [...]. A mentira pode ser externa [...] ou, inclusive, interna. Através de uma mentira externa, um ser humano faz de si mesmo um objeto de desprezo aos olhos dos outros; através de uma mentira interna, ele realiza o que é ainda pior: torna a si mesmo desprezível aos seus próprios olhos e viola a dignidade da humanidade em sua própria pessoa [...]. Pela mentira um ser humano descarta e, por assim dizer, aniquila sua dignidade como ser humano. [...] É possível que [a mentira] seja praticada meramente por frivolidade ou mesmo por bondade; aquele que fala pode, até mesmo, pretender atingir um fim realmente benéfico por meio dela. Mas esta maneira de perseguir este fim é, por sua simples forma, um crime de um ser humano contra sua própria pessoa e uma indignidade que deve torná-lo desprezível aos seus próprios olhos.

Em sua sentença dirigida à mentira, Kant

- a) considera a condenação relativa e sujeita a justificativas, de acordo com o contexto.
- b) assume que cada ser humano particular representa toda a humanidade.
- c) apresenta um pensamento desvinculado de pretensões racionais universalistas.
- d) demonstra um juízo condenatório, com justificação em motivações religiosas.
- e) assume o pressuposto de que a razão sempre é governada pelas paixões.

04 - (Enem) TEXTO I

Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração sempre crescentes: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, s/d (adaptado).

TEXTO II

Duas coisas admiro: a dura lei cobrindo-me e o estrelado céu dentro de mim.

FONTELA, O. Kant (relido). In: *Poesia completa*. São Paulo: Hedra, 2015.

A releitura realizada pela poeta inverte as seguintes ideias centrais do pensamento kantiano:

- Possibilidade da liberdade e obrigação da ação.
- A prioridade do juízo e importância da natureza.
- Necessidade da boa vontade e crítica da metafísica.
- Prescindibilidade do empírico e autoridade da razão.
- Interioridade da norma e fenomenalidade do mundo.

05 - (Enem) Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

- assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

06 - (Ufu) Leia a citação a seguir.

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha, continuam

no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam porque é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? (*Aufklärung*). In: _____. *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 64.

A menoridade de que fala Kant é a condição daqueles que não fazem o uso da razão. Essa condição evidencia a ausência

- do idealismo necessário para a ampliação dos horizontes existenciais.
- da autonomia para fazer uso próprio da razão sem a tutela de outrem.
- da religião encarregada de fazer feliz o homem indigente de pensamento.
- da ignorância, pois quem se deixa guiar pelos outros acerta sempre.

07 - (Uel) Leia os textos a seguir.

Exercita-te primeiro, caro amigo, e aprende o que é preciso conhecer para te iniciares na política; antes, não. Então, primeiro precisarás adquirir virtude, tu ou quem quer que se disponha a governar ou a administrar não só a sua pessoa e seus interesses particulares, como a cidade e as coisas a ela pertinentes. Assim, o que precisas alcançar não é o poder absoluto para fazeres o que bem entenderes contigo ou com a cidade, porém justiça e sabedoria.

PLATÃO, *O primeiro Alcebiades*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2004. p. 281-285.

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo... *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é ‘Esclarecimento’ (*Aufklärung*). Trad. Floriano de Souza Fernandes, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

Tendo em vista a compreensão kantiana do Esclarecimento (*Aufklärung*) para a constituição de uma compreensão tipicamente moderna do humano, assinale a alternativa correta.

- Fazer uso do próprio entendimento implica a destruição da tradição, na medida em que o poder da tradição impede a liberdade do pensamento.
- A superação da condição de menoridade resulta do uso privado da razão, em que o indivíduo faz uso restrito do próprio entendimento.
- A saída da menoridade instaura uma situação duradoura, pois as verdadeiras conquistas do Esclarecimento se afiguram como irreversíveis.

d) A menoridade é uma tendência decorrente da natureza humana, sendo, por esse motivo, superada no Esclarecimento, com muito esforço.

e) A condição fundamental para o Esclarecimento é a liberdade, concebida como a possibilidade de se fazer uso público da razão.

08 - (Unioeste) Na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant apresenta uma formulação do imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 129

Em relação ao pensamento de Kant, é CORRETO afirmar.

a) O propósito do imperativo categórico é o de permitir que o indivíduo decida suas ações sem que tenha que se preocupar com os demais.

b) O imperativo categórico tem por objetivo desfazer o conflito entre a providência divina, relacionada à cidade de Deus, e o espaço terreno.

c) O imperativo categórico vincula a conduta moral a uma norma universal.

d) Para Kant, não é possível que o indivíduo constitua um fim em si mesmo. Por isso mesmo, ele precisa espelhar-se na ação dos demais para a sua ação.

e) O imperativo categórico corresponde à condição do estado de natureza, que é anterior à instituição do Estado civil.

09 - (Uel) O tempo nada mais é que a forma da nossa intuição interna. Se a condição particular da nossa sensibilidade lhe for suprimida, desaparece também o conceito de tempo, que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldu Moosburger.

São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 47. Coleção Os Pensadores.

Com base nos conhecimentos sobre a concepção kantiana de tempo, assinale a alternativa correta.

a) O tempo é uma condição a priori de todos os fenômenos em geral.

b) O tempo é uma representação relativa subjacente às intuições.

c) O tempo é um conceito discursivo, ou seja, um conceito universal.

d) O tempo é um conceito empírico que pode ser abstraído de qualquer experiência.

e) O tempo, concebido a partir da soma dos instantes, é infinito.

10 - (Enem) Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado

a) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.

b) está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.

c) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.

d) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.

e) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

11 - (Uel) Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.

b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.

c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.

d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.

e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

12 - (Uema) Fraqueza e covardia são as causas pelas quais a maioria das pessoas permanece infantil mesmo tendo condição de libertar-se da tutela mental alheia. Por isso, fica fácil para alguns exercer o papel de tutores, pois muitas pessoas, por comodismo, não desejam se tornar adultas. Se tenho um livro que pensa por mim; um sacerdote que dirige minha consciência moral; um médico que me prescreve receitas e, assim por diante, não necessito preocupar-me com minha vida. Se posso adquirir orientações, não necessito pensar pela minha cabeça: transfiro ao outro esta penosa tarefa de pensar.

Fonte: I. Kant, O que é a ilustração. In: F. Weffort (org). *Os clássicos da política*, v. 2, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Esse fragmento compõe o livro de Kant que trata da importância da(o)

- a) juízo.
- b) razão.
- c) cultura.
- d) costume.
- e) experiência.

13 - (Enem) A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios *a priori*.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- a) eficácia prática da razão empírica.
- b) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- c) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- d) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- e) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

14 - (Ufsm) A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias,

como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética

- a) deontológica ou kantiana.
- b) das virtudes.
- c) utilitarista.
- d) contratualista.
- e) teológica.

15 - (Enem) Numa época de revisão geral, em que valores são contestados, reavaliados, substituídos e muitas vezes recriados, a crítica tem papel preponderante. Essa, de fato, é uma das principais características das Luzes, que, recusando as verdades ditadas por autoridades submetem tudo ao crivo da crítica.

KANT, I. O julgamento da razão. In: ABRÃO, B. S. (Org.) *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O iluminismo tece crítica aos valores estabelecidos sob a rubrica da autoridade e, nesse sentido, propõe

- a) a defesa do pensamento dos enciclopedistas que, com seus escritos, mantinham o ideário religioso.
- b) o estímulo da visão reducionista do humanismo, permeada pela defesa de isenção em questões políticas e sociais.
- c) a consolidação de uma visão moral e filosófica pautada em valores condizentes com a centralização política.
- d) a manutenção dos princípios da metafísica, dando vastas esperanças de emancipação para a humanidade.
- e) o incentivo do saber, eliminando superstições e avançando na dimensão da cidadania e da ciência.

16 - (Uel) Leia o texto a seguir.

Kant, mesmo que restrito à cidade de Königsberg, acompanhou os desdobramentos das Revoluções Americana e Francesa e foi levado a refletir sobre as convulsões da história mundial. Às incertezas da Europa plebeia, individualista e provinciana, contrapôs algumas certezas da razão capazes de restabelecer, ao menos no pensamento, a sociabilidade e a paz entre as nações com vista à constituição de uma federação de povos – sociedade cosmopolita.

(Adaptado de: ANDRADE, R. C. “Kant: a liberdade, o indivíduo e a república”. In: WEFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. v.2. São Paulo: Ática, 2003. p.49-50.)

Com base nos conhecimentos sobre a Filosofia Política de Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade dos súditos de distinguir o útil do prejudicial torna imperativo um governo paternal para indicar a felicidade.
- b) É chamado cidadão aquele que habita a cidade, sendo considerados cidadãos ativos também as mulheres e os empregados.
- c) No Estado, há uma igualdade irrestrita entre os membros da comunidade e o chefe de Estado.
- d) Os súditos de um Estado Civil devem possuir igualdade de ação em conformidade com a lei universal da liberdade.
- e) Os súditos estão autorizados a transformar em violência o descontentamento e a oposição ao poder legislativo supremo.

17 - (Ufu) Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 85.

De acordo com a doutrina ética de Kant:

- a) O Imperativo Categórico não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve resultar dela, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva.
- b) O Imperativo Categórico é um cânone que nos leva a agir por inclinação, vale dizer, tendo por objetivo a satisfação de paixões subjetivas.
- c) Inclinação é a independência da faculdade de apetição das sensações, que representa aspectos objetivos baseados em um julgamento universal.
- d) A boa vontade deve ser utilizada para satisfazer os desejos pessoais do homem. Trata-se de fundamento determinante do agir, para a satisfação das inclinações.

18 - (Enem) Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- a) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- d) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

19 - (Unioeste) “Como toda lei prática representa uma ação possível como boa e por isso como necessária para um sujeito praticamente determinável pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação que é necessária segundo o princípio de uma vontade boa de qualquer maneira. No caso da ação ser apenas boa como meio para *qualquer outra coisa*, o imperativo é *hipotético*; se a ação é representada como boa *em si*, por conseguinte, como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é *categórico*”.

Kant

Considerando o pensamento ético de Kant e o texto acima, é correto afirmar que

- a) o imperativo hipotético representa a necessidade prática de uma ação como subjetivamente necessária para um ser determinável pelas inclinações.
- b) o imperativo categórico representa a necessidade prática de uma ação como meio para se atingir um fim possível ou real.
- c) os imperativos (*hipotético* e *categórico*) são fórmulas de determinação necessária, segundo o princípio de uma vontade que é boa em si mesma.
- d) o imperativo categórico representa a ação como boa em si mesma e como necessária para uma vontade em si conforme a razão.
- e) o imperativo hipotético declara a ação como objetivamente necessária independentemente de qualquer intenção ou finalidade da ação.

20 - (Unioeste) “Em todos os juízos em que for pensada a relação de um sujeito com o predicado (se considero apenas os juízos afirmativos (...)), essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo contido (ocultamente) nesse conceito A, ou B jaz completamente fora do conceito A, embora esteja em conexão com o mesmo”.

Kant.

Considerando o texto acima e a teoria do conhecimento de Kant, é incorreto afirmar que

a) os juízos sintéticos *a posteriori* são os mais importantes para a teoria do conhecimento de Kant, pois são contingentes e particulares, estando ligados a casos empíricos singulares.

b) Kant denomina o primeiro modo de relacionar sujeito e predicado de juízo analítico e o segundo, de juízo sintético.

c) o problema do conhecimento para Kant envolve responder “como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?”.

d) os juízos analíticos, embora universais e necessários, não fazem progredir o conhecimento, pois são tautológicos.

e) o juízo “Todos os corpos são extensos” é analítico, pois não há como pensar o conceito de corpo sem o conceito de extensão.

notas

Gabarito:

Questão 1: B

Segundo o pensamento filosófico formulado por Kant, a ação moral é fundamentada no dever. Seria, para ele, o uso autônomo da razão pelo sujeito o princípio que articula a ação por dever, de modo que sem a liberdade do sujeito não pode haver ação verdadeiramente moral. A doutrina ética proposta por Kant, baseada nesses preceitos, segue o imperativo categórico, a partir do qual se estabelece que a ação moral deve ser executada de acordo com a “máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Imagine que diante de um dilema moral, você escolha a mentira, pois acredita que o dano resultante dessa mentira seja menor do que aquele que ocorreria se falasse a verdade. Agora, seguindo o preceito da universalização dessa escolha, imagine viver em um mundo onde todos mentem (a sua ação de mentir tornada universal). Será que gostaríamos de viver num mundo assim? Para Kant, portanto, não importa o resultado da ação, mas sim o princípio racional (imperativo categórico) que nos leva a saber o que é o certo e o que é o errado. Assim, tal como apontado pelo item [B], o dever imposto pela lei moral advém do reconhecimento da possibilidade de universalização das máximas da ação.

Questão 2: C

Os imperativos propostos por Kant têm fundamento no uso autônomo da própria razão, considerado por esse pensador como condicionante para a ação verdadeiramente moral. Frente a isso, Kant entende que ação moral existe como dever, pois tem fim nela mesma, ou seja, não existe como meio para qualquer outra finalidade que não seja ela própria, como o aluno pode compreender na segunda máxima na qual, ao se referir à ação moral, Kant diz que ela deve existir “como fim e nunca simplesmente como meio”.

Esses pressupostos tornam, na análise kantiana, a ação moral uma ação que também é universal, ou seja, a moral não é relativa, como o aluno deve identificar na primeira máxima apresentada pela questão (“Age como se a máxima de tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”).

A doutrina ética proposta por Kant, portanto, segue o imperativo categórico, a partir do qual se estabelece que a ação moral deve ser executada de acordo com essa máxima da universalização das ações morais. Imagine que diante de um dilema moral, você escolha a mentira, pois acredita que o dano resultante dessa

mentira seja menor do que aquele que ocorreria se falasse a verdade. Agora, seguindo o preceito da universalização dessa escolha, imagine viver em um mundo onde todos mentem (a sua ação de mentir tornada universal). Será que gostaríamos de viver num mundo assim? Para Kant, portanto, não importa o resultado da ação, mas sim o princípio racional (imperativo categórico) que nos leva a saber o que é o certo e o que é o errado.

Questão 3: B

Para Kant, pensador iluminista, a filosofia moral estaria fundamentada em princípios racionais, sendo a razão o único fundamento que daria validade à moral humana. Com efeito, a ação moral estaria condicionada ao sujeito epistemológico, ou seja, à estrutura cognitiva que é universal e necessária, e não ao sujeito subjetivo, individual. Por ser racional, portanto, o indivíduo deveria agir segundo uma razão pura prática de validade universal, ideia expressa na conhecida frase de Kant: “Age como se a máxima de tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”. A partir do exemplo da mentira, Kant aponta que a mesma não poderia ser usada sem cair em uma autocontradição moral, pois o indivíduo particular representaria uma moral geral, de toda a humanidade, como aponta a alternativa B.

Questão 4: E

Essa famosa formulação de Kant diz respeito tanto ao imperativo categórico (lei moral em mim) e ao seu conceito de fenômeno (o céu estalado sobre mim).

Assim, a questão aborda duas questões centrais para Kant. No campo da epistemologia (teoria do conhecimento), Kant defende a ideia de fenômeno, que seria o mundo conforme ele pode ser compreendido pela consciência humana. Aqui, fica clara a menção ao “céu estrelado sobre mim”.

Já no campo da ética, Kant trata dos imperativos categóricos, que são mandamentos universais que todos podemos extrair da nossa razão. Por isso essa “lei moral” está em cada um de nós.

Questão 5: C

De acordo com a ética kantiana, o indivíduo deve guiar-se de acordo com o imperativo categórico, segundo o qual ele deve agir de forma que sua ação possa ser universalizada para todos os indivíduos. O ato de fazer uma falsa promessa de pagamento contraria esse imperativo, pois, se universalizado, criaria uma situação de total instabilidade e desconfiança, onde todos poderiam agir desse modo.

É importante notar que, para Kant, a ética está desvinculada dos resultados, ou seja, mesmo quando há justificativa para agirmos de modo antiético, nossa razão (imperativos categóricos) nos diz que não devemos fazê-lo. Isso se chama ética deontológica, que nada mais é que a ética do dever.

Questão 6: B

A concepção de menoridade kantiana, como indicado pelo texto, se caracteriza pelo não uso da razão de forma autônoma pelo indivíduo, de modo que ele adota a razão de outrem, estando, portanto, em um estado de menoridade. Kant e os filósofos iluministas são críticos do absolutismo monárquico europeu, que concedia poderes ilimitados aos reis. Assim, defendem que o uso da razão deve ser livre e autônomo, para que os homens possam sair desse estado de dependência intelectual e política em que se encontram. Atingir a maioridade é, também, conquistar a liberdade, a autonomia.

Questão 7: E

Para Kant, o esclarecimento pressupõe a capacidade do indivíduo de fazer uso da sua própria razão de forma autônoma, ou seja, a partir do uso de seu próprio entendimento de maneira independente do entendimento alheio. A autonomia de pensamento característica do esclarecimento implica, por sua vez, a liberdade, o que inclui a possibilidade do indivíduo de se expressar livremente, realizando o uso público da sua razão, como constatado na alternativa E.

OBS: a palavra “esclarecimento” pode ser usada como sinônimo de “Iluminismo”, pois ambas traduzem a palavra alemã *Aufklärung*.

Questão 8: C

A filosofia moral formulada por Kant se fundamenta na razão humana e no imperativo categórico, segundo o qual a ação moral tem fim e valor em si mesma e é uma norma universal.

Para Kant, a máxima “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” estabelece que a ação moral deve ser executada de acordo com a universalização das ações morais.

Imagine que diante de um dilema moral, você escolha a mentira, pois acredita que o dano resultante dessa mentira seja menor do que aquele que ocorreria se falasse a verdade. Agora, seguindo o preceito da universalização dessa escolha, imagine viver em um mundo onde todos mentem (a sua ação de mentir tornada universal). Será que gostaríamos de viver num

mundo assim? Para Kant, portanto, não importa o resultado da ação, mas sim o princípio racional (imperativo categórico) que nos leva a saber o que é o certo e o que é o errado.

A partir dessas considerações e do trecho “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”, o aluno deve identificar a alternativa C como correta.

Questão 9: A

Para Kant, os indivíduos possuem estruturas ou faculdades cognitivas que possibilitam a experiência e o entendimento, sendo essas estruturas existentes *a priori*, ou seja, estariam presentes nos indivíduos desde o nascimento, não dependendo de nenhuma condição empírica de aquisição. Entre essas estruturas, estaria a noção de tempo, de modo que o tempo seria uma forma *a priori* da sensibilidade, condicionante da apreensão dos fenômenos empíricos, ou seja, o tempo existe na nossa mente e é condição para compreendermos o mundo por meio dos nossos sentidos. Nós somente conhecemos as coisas de modo temporal, no qual algumas coisas existem antes ou depois de outras.

O que falamos sobre o tempo também vale para o espaço.

Questão 10: B

A alternativa B é a única que está de acordo com a visão kantiana do Estado. De acordo com que apresenta o texto, Kant defende a visão segundo a qual é justo o Estado cobrar impostos dos ricos para sustentar os seus concidadãos, pois é a existência do Estado que permite a aquisição e manutenção da riqueza. Desse modo, gera-se uma obrigação aos ricos de retribuir o Estado com parte da sua riqueza (os impostos), a fim de que o Estado possa suprir a necessidade dos mais pobres e manter a coesão social.

Questão 11: E

O princípio da moralidade, para Immanuel Kant, repousa inteiramente sobre a razão prática pura e, por isso, é independentemente da experiência. A ação moral não leva em consideração o resultado, somente a causa. Desse modo, o homem age moralmente quando obedece ao imperativo categórico, que são mandamentos originados do uso da razão, independentemente do resultado dessa ação.

Para Kant, a máxima “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” estabelece que a ação moral deve ser executada de acordo com o princípio da

universalização das ações morais.

Imagine que diante de um dilema moral, você escolha a mentira, pois acredita que o dano resultante dessa mentira seja menor do que aquele que ocorreria se falasse a verdade. Agora, seguindo o preceito da universalização dessa escolha, imagine viver em um mundo onde todos mentem (a sua ação de mentir tornada universal). Será que gostaríamos de viver num mundo assim? Para Kant, portanto, não importa o resultado da ação, mas sim o princípio racional (imperativo categórico) que nos leva a saber o que é o certo e o que é o errado.

O dever é o princípio supremo de toda a moralidade (moral deontológica). Dessa forma uma ação é certa quando realizada por um sentimento de dever. A razão é a condição a priori da vontade, por isso independe da experiência ou de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

Questão 12: B

No livro “O que é Ilustração”, Kant estabelece que este conceito se refere à saída da menoridade, em outras palavras, fazer com que o homem não delegue sua capacidade de entendimento (razão) a outro. Segundo Kant, os motivos que levam o homem a não querer sair da menoridade são a covardia e o medo. Os motivos que conduzem o ser humano a sentir medo e covardia podem ser expressos pelo receio de utilizar o próprio entendimento. Uma vez que o ser humano faz uso do entendimento, ele se torna responsável por si, por seu próprio autodesenvolvimento, sem que exista a necessidade de recorrer a outros como forma de validar suas próprias convicções. A autonomia é o pressuposto que faz com que seja possível o homem libertar-se da menoridade (tutela) e caminhar por si, pensar por si e guiar suas ações pelo uso da razão.

O Iluminismo kantiano defende o uso autônomo da razão como pressuposto para que o ser humano atinja sua maioridade (independência).

Questão 13: C

Para Kant, o modo como a razão humana opera caracteriza o ser racional como ser de condição moral, ou seja, a moral kantiana se fundamenta no exercício da razão. Ademais, para o filósofo, na mente humana existem estruturas *a priori* que determinam a forma como a razão apreende os objetos de conhecimento, independentemente de qualquer experiência empírica. Dessa forma, como a razão se articula à moral, a mesma não se fundamenta pela experiência. A moral kantiana é uma moral do dever (deontológica), em que todos os indivíduos devem obedecer aos mandamentos racionais (imperativos categóricos), a

fim de agirem moralmente.

Questão 14: A

A ética das virtudes é uma ética aristotélica onde a ação é guiada para um bem maior movido pela reflexão pessoal, desenvolvida pela busca da auto realização e felicidade de toda a cidade. A ética utilitarista estabelece que nossas ações são guiadas pela maior quantidade de felicidade que podemos gerar no convívio social. Assim, os homens agem devido a um interesse maior imposto exteriormente. Na ética contratualista, devido a necessidade de conviver juntos, como melhor alternativa para sobrevivência, os homens estabelecem leis que visam a garantir uma não agressão mútua. Assim, suas ações são guiadas por uma conveniência, um pacto ou contrato estabelecido. Na ética teológica as ações são guiadas por princípios divinos que ultrapassam a esfera humana e se inserem no plano da religião. Assim, as ações humanas são guiadas pelo medo em relação ao transcendente.

Diferentemente, na ética Kantiana ou deontológica, os homens agem de forma deliberada na medida em que utilizam a razão para adquirirem consciência. Por meio do conhecimento obtido com o uso da razão o homem torna-se livre para agir. Assim, a ação guiada pela razão faz com que o homem tenha o dever de estender essa razão a todos os homens. Isto se dá através da criação de máximas (leis universalmente aceitas) que se convertem em imperativos para agir. Estes imperativos poder ser utilizados por todos os homens racionais e não são dados por inclinações naturais ou por meio de mandamentos divinos, mas pela consciência do dever em relação a si e aos que os cercam. Portanto, esta lei moral representa o dever de todo ser racional e se coloca como maior do que os sentimentos individuais e egoístas.

Questão 15: E

O iluminismo foi um movimento filosófico que valorizava a razão como único princípio explicativo legítimo, estabelecendo uma crítica radical aos valores vigentes. A partir desse ideário, a proposta do movimento iluminista incluía a valorização do saber racional e do cientificismo contra as superstições.

Questão 16: D

Kant foi um Iluminista que, influenciado por Hume, Newton e Rousseau, confiou na capacidade do homem de se aperfeiçoar e se tornar autônomo. As palavras de ordem da Revolução Francesa “igualdade, liberdade e fraternidade” são originadas do iluminismo, e nos ajudam a compreender as ideias desses pensadores.

Kant e os filósofos iluministas são críticos do absolutismo monárquico europeu, que concedia poderes ilimitados aos reis. Assim, defendem que o uso da razão deve ser livre e autônomo, para que os homens possam sair desse estado de dependência intelectual e política em que se encontram. Atingir a maioria é, também, conquistar a liberdade, a autonomia.

Questão 17: A

Em terminologia kantiana, a boa vontade é aquela cujo voluntarismo é totalmente determinado por demandas morais ou, como o filósofo normalmente se refere a isso, pela Lei Moral. Kant distingue dois tipos de lei produzidos pela razão. Dado certo fim que nós gostaríamos de alcançar, a razão pode proporcionar um *imperativo hipotético* – uma regra contingente e circunstancial como fundamento da ação – ou um *imperativo categórico* – uma regra necessária e universal como fundamento da ação. Como uma Lei Moral não pode ser meramente hipotética, pois uma ação moral não pode ser fundada sobre um propósito circunstancial, a moralidade exige uma afirmação incondicional do dever de um indivíduo, ou seja, a moralidade exige uma regra para ação que seja necessária e universal, ela exige um *imperativo categórico*.

Para Kant, a máxima “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” estabelece que a ação moral deve ser executada de acordo com o princípio da universalização das ações morais.

Imagine que diante de um dilema moral, você escolha a mentira, pois acredita que o dano resultante dessa mentira seja menor do que aquele que ocorreria se falasse a verdade. Agora, seguindo o preceito da universalização dessa escolha, imagine viver em um mundo onde todos mentem (a sua ação de mentir tornada universal). Será que gostaríamos de viver num mundo assim? Para Kant, portanto, não importa o resultado da ação, mas sim o princípio racional (imperativo categórico) que nos leva a saber o que é o certo e o que é o errado.

O dever é o princípio supremo de toda a moralidade (moral deontológica). Dessa forma uma ação é certa quando realizada por um sentimento de dever. A razão é a condição a priori da vontade, por isso independe da experiência.

Questão 18: A

Primeiro, distingamos entre os tipos de juízos que Kant considera sermos capazes de fazer. Eles são três: 1) juízos analíticos (ou aqueles juízos nos quais já no

sujeito encontramos o predicado, ou seja, juízos tautológicos e, por conseguinte, dos quais não se obtém nenhum tipo de conhecimento); 2) juízos sintéticos a posteriori (ou aqueles juízos nos quais a experiência sensível está presente e se faz parte decisiva do julgamento, ou seja, juízos particulares e contingentes); e 3) juízos sintéticos a priori (ou aqueles juízos nos quais o predicado não está contido no sujeito e a experiência não constitui parte decisiva do conteúdo, ou seja, juízos nos quais se obtém conhecimento sobre algo, porém sem que a experiência seja relevante para a conclusão obtida, o que faz desse tipo de juízo universal e necessário).

Segundo, lembremos que Kant afirmava que a matemática e a física realizam justamente o último tipo de juízo mencionado. Ele, então, se perguntava se a metafísica também não era capaz de realizar esse tipo de juízo. Para solucionar esta questão: “é possível uma metafísica baseada em juízos sintéticos a priori?”, o filósofo irá modificar o ponto de vista da investigação se inspirando em Copérnico, isto é, considerando o objeto não através daquilo que a experiência sensível expõe, porém a partir da possibilidade de a faculdade mesma de conhecer constituir a priori o objeto – o astrônomo fez algo similar quando, em vez de calcular o movimento dos corpos celestes através dos dados da experiência sensível, calculou esses movimentos através da suposição de que o próprio observador (o homem sobre a Terra) se movia. Esse a priori que Kant formula se encontra nas formas da sensibilidade, nas categorias do entendimento e no esquematismo, isto é, na sua filosofia transcendental, ou na sua filosofia sobre as condições de possibilidade do próprio conhecimento.

Questão 19: D

Kant distingue dois tipos de lei produzidos pela razão. Dado certo fim que nós gostaríamos de alcançar a razão pode proporcionar um *imperativo hipotético* – uma regra contingente para a ação alcançar esse fim. Um imperativo hipotético diz, por exemplo: se alguém deseja comprar um carro novo, então deve trabalhar mais e guardar dinheiro. Mas Kant objeta que a concepção de uma lei moral não pode ser meramente hipotética, pois uma ação moral não pode ser fundada sobre um propósito circunstancial. A moralidade exige uma afirmação incondicional do dever de um indivíduo, a moralidade exige uma regra para ação que seja necessária, a moralidade exige um *imperativo categórico*.

Questão 20: A

Somente a alternativa A é incorreta. Por serem

contingentes e particulares, os juízos sintéticos *a posteriori* não podem ser universalizados e é justamente por isso que não são os mais importantes para Kant.

Assim, vemos que, no primeiro caso, quando o predicado B já está contido no sujeito A, temos um juízo analítico. Esse tipo de juízo apenas analisa os conceitos sem nada acrescentar de novo ao sujeito. O juízo “Todos os corpos são extensos” é um exemplo de juízo analítico, pois o predicado “ser extenso” B é uma análise do sujeito “Corpo” A.

Além disso, temos os juízos sintéticos, que são aqueles que acrescentam um conteúdo ao sujeito. Nesse caso, o predicado B não está contido no conceito do sujeito

A, mas se relaciona com ele de alguma forma.

Finalmente, os juízos sintéticos podem ser *a priori*, quando não dependem da experiência para serem formados, ou *a posteriori*, quando utilizam o conhecimento empírico na sua formulação.

Kant se interessa pelos juízos sintéticos *a priori*, pois eles seriam a chave para a compreensão sobre a possibilidade de um conhecimento metafísico. Somente os juízos sintéticos acrescentam conhecimento e somente os juízos *a priori* (independentes da experiência) podem ser capazes de tratar de conhecimentos que estão além da física, ou seja, que são metafísicos.

notas